

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124.170 - ES (2020/0040059-4)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : ONOFRA EQUER DUQUE
ADVOGADOS : RAFAEL FREITAS DE LIMA - ES016421
MARIAH SARTORIO JUSTI - ES026136
LARAH BRAHIM DUARTE DOS SANTOS - ES032290
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por ONOFRA EQUER DUQUE contra acórdão proferido pela 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no julgamento do HC n. 0027178-61.2019.8.08.0000.

Noticiam os autos que a recorrente foi presa em flagrante e denunciada como incurso no artigo 157, § 2º, inciso II, do Código Penal, tendo-lhe sido concedido o benefício da liberdade provisória.

Buscando o trancamento do processo, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustentam os advogados subscritores das razões recursais que não haveria provas da participação dolosa da ré nos fatos descritos na exordial.

Requerem o provimento da insurgência para que a ação penal em tela seja trancada.

Contra-arrazoadado o reclamo (e-STJ fls. 462/464), os autos ascenderam a esta Corte Superior de Justiça, tendo o Ministério Público Federal, em parecer de fls. 477/479, manifestado-se pela sua prejudicialidade ante a perda do objeto.

É o relatório.

Consoante consignado pelo Ministério Público Federal, em consulta à página eletrônica da Corte Estadual verificou-se que em 27.11.2019 foi proferida sentença na qual a recorrente foi absolvida das acusações, o que revela a perda do objeto deste inconformismo.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XI, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **julga-se prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator